

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 16 de abril de 2026 • Nº 2279 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Novo mínimo

Salário pode subir para R\$ 1.717 em 2027

O governo federal propôs um salário mínimo de R\$ 1.717 para o ano que vem, com aumento nominal de 5,92%. O valor consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, enviado ontem ao Congresso Nacional. O reajuste segue a projeção de 3,06%

para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento da economia em 2025, limitado ao crescimento de gastos de 2,5% acima da inflação, determinado pelo arcabouço fiscal. A estimativa para o INPC também

consta do PLDO. O projeto também apresentou previsões de R\$ 1.812 para o salário mínimo em 2028, de R\$ 1.913 para 2029 e de R\$ 2.020 para 2030. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos. **PÁGINA 2**

2027

Governo Lula propõe superávit de R\$ 73 bilhões

A equipe econômica propôs uma meta de superávit primário de R\$ 73,2 bilhões para 2027, primeiro ano do próximo mandato presidencial. O valor corresponde a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi apresentado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado ao Congresso Nacional ontem. Apesar da meta ambiciosa, o resultado efetivo das contas públicas deve ser bem menor. Isso porque o governo prevê descontar R\$ 65,7 bilhões em despesas fora das regras fiscais, o que levaria a um superávit final de apenas R\$ 8 bilhões. Caso a estimativa se confirme, será o primeiro resultado positivo nas contas federais desde 2022, considerando todos os gastos públicos. O superávit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. Para este ano, o governo prevê um pequeno superávit de R\$ 3,5 bilhões pelos critérios oficiais. **PÁGINA 3**

JORNADA DE TRABALHO

Lula pede atuação das centrais sindicais para o fim da escala 6x1

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



No dia seguinte ao envio ao Congresso Nacional do projeto de lei de redução de jornada para no máximo 40 horas semanais (e fim da escala 6x1), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto ao centro) recebeu, no Palácio do Planalto, 68 reivindicações de representantes das centrais sindicais que participaram, ontem em Brasília, da "marcha da classe trabalhadora" na Esplanada dos Ministérios. Na ocasião, o pre-

sidente, ao se dirigir aos dirigentes sindicais, disse que é necessária mobilização e pressão dos trabalhadores para aprovação da redução de jornada enviada ao Congresso. "Vocês não podem abdicar da sagrada responsabilidade de vocês de lutar pelos trabalhadores que vocês representam", afirmou. Lula falou que o período é desafiador "Não tem tempo fácil. É sempre muito sacrifício." **PÁGINA 7**

MCMV

Aportes para Minha Casa são ampliados para R\$ 200 bi

PÁGINA 6

ELEIÇÃO

Alerj escolhe amanhã seu novo presidente

Os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) marcaram para a amanhã, às 11h, a eleição para definir o presidente da Casa. A decisão foi unânime e ocorreu após reunião da Mesa Diretora e líderes partidários. No dia 26 de março os deputados chegaram a eleger

Douglas Ruas (PL) como o novo presidente da Alerj. No entanto, o Tribunal de Justiça do Rio (TJR) anulou a eleição poucas horas depois. Assumindo a presidência do legislativo do Rio, ele seria definido como o governador "tampão" do estado caso a eleição fosse validada. **PÁGINA 5**

TESOURO

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Brasil capta 5 bilhões de euros em emissão internacional recorde

O governo brasileiro captou 5 bilhões de euros ontem em uma emissão de títulos no mercado europeu, marcando o retorno do país ao segmento após mais de dez anos. A operação foi conduzida pelo Tesouro Nacional e anunciada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto). Segundo o ministro, a emissão foi dividida em três prazos: quatro, sete e dez anos. O ministro adiantou detalhes da operação durante agenda oficial em Washington nos Estados Unidos, onde participa de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. **PÁGINA 3**

SÃO PAULO

PF prende influenciadores por lavagem de dinheiro

PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA 0,33% / 656,62 / 198.657,33 / Volume: 33.255.133.146 / Negócios: 4.091.030				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo						
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Ufir-RJ		ICPA		DÓLAR Ptax - BC		
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	Preço	%	Preço	%	Compra	Venda	
PETR4	47,88	-3,82	-1,90	BOBR4	1,44	+22,03	+0,26	MAPT4	3,10	-19,90	-0,77	S&P 500	48.535,99	+0,66	14,75%	14,65%	5,9583	6,1383
ITSA4	14,83	+0,82	+0,12	EOPA5	12,00	+19,28	+1,94	SEQL3	0,140	-12,50	-0,020	NASDAQ Composite	23.639,083	+1,96	0,1712%	0,1712%	4,9806	-0,87%
B3SA3	19,68	+2,18	+0,42	TPIS3	10,69	+18,91	+1,70	CEGR3	32,91	-11,22	-4,16	Nasdaq 100	25.841,995	+1,81	0,6721%	0,6721%	4,9828	4,9934
COGN3	3,28	+4,79	+0,15	AMER3	7,24	+15,65	+0,98	BRSR6	16,80	-11,16	-2,11	Euronext 100	1.846,36	+0,89	5,8875	5,8881	5,0135	5,1935
BBD4	20,78	+0,92	+0,19	PMAM3	0,64	+14,29	+0,08	BRSR5	17,54	-7,68		CAC 40	8.327,86	+1,12				

MERCADOS

Após série de 11 altas, Bovespa cai 0,46%, aos 197,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) quebrou ontem, uma sequência de cinco recordes - 18 ao todo até aqui no ano -, mas conseguiu defender a linha dos 197 mil após tocar mínima na sessão aos 196.966,16. Ao fim, marcava 197.737,61 pontos, em baixa de 0,46%, com giro reforçado pelo vencimento de opções, a R\$ 38,3 bilhões. Na semana, ainda sobe 0,21% e, no mês, tem ganho de 5,48%, o que coloca o avanço do ano a 22,72%. Na máxima, voltou a testar o nível dos 199 mil, visto durante a sessão de terça pela primeira vez, nesta quarta a 199.232,46 pontos.

Após uma sucessão de 11 dias em alta, as perdas não foram maiores porque algumas ações de peso no índice conseguiram escapar à correção, notadamente Vale (ON +0,16%) e Itaú (PN +1,10%) e, em menor grau, Gerdau (PN +0,93%) e Bradesco PN (+0,1%). Com o petróleo em leve alta no fim da sessão em Londres e Nova York, Petrobras fechou em baixa de 1,94% na ON e de 2,07% na PN, tendo se mantido no campo negativo ao longo do dia. No setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa (Índice Bovespa), destaque para queda de 3,86% em Banco do Brasil ON.

Na ponta ganhadora, Iguaçu (+3,1%), Vibra (+2,8%) e Porto Seguro (+2,71%). No lado oposto, MBRF (-10,38%), Braskem (-5,80%) e Rede D'Or (-5,68%).

O petróleo fechou com variação discreta ontem em sessão marcada por volatilidade, após ter tombado na véspera. Permanecem dúvidas sobre um possível prolongamento do cessar-fogo de duas semanas no Oriente Médio, enquanto investidores ponderaram, também, queda de estoques da commodity nos Estados Unidos. Assim, o petróleo WTI para maio, negociado na Nymex, fechou praticamente estável, em alta de 0,01%, a US\$ 91,29 por barril. E o Brent para junho, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), em Londres, subiu

0,15%, a US\$ 94,93 o barril.

Nos EUA, o diretor do Conselho Econômico Nacional, Kevin Hassett, disse que acredita que os mercados de petróleo podem reagir rapidamente assim que o Estreito de Ormuz for reaberto. E que a economia dos EUA ainda pode crescer 4% este ano, com base em fortes ganhos de produtividade. Nesse contexto de relativa diminuição da aversão a risco, o índice de tecnologia de Nova York, o Nasdaq, fechou nesta quarta em novo patamar recorde, em alta de 1,59%, tendo tocado também máxima no intradía. O índice amplo, S&P 500, subiu 0,80%, mas o Dow Jones caiu 0,15%.

DÓLAR

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, cotado a R\$ 4,9922 (-0,03%). Na ausência de sinais concretos de avanços nas negociações entre Estados Unidos e Irã para pôr fim ao conflito no Oriente Médio, houve apetite bem limitado por divisas emergentes.

Na abertura do pregão, o dólar até esboçou um movimento de alta mais firme, ultrapassando o nível dos R\$ 5,00, ao registrar máxima a R\$ 5,0024. Mas o impeto comprador se desfez após a primeira hora de negociações. A divisa passou o resto da sessão trabalhando na casa de R\$ 4,99, depois de mínima a R\$ 4,985. Com o recuo de 0,03%, o dólar emendou seis pregões consecutivos de queda em relação ao real, voltando a níveis vistos no fim de março de 2024.

À tarde, o Banco Central informou que o fluxo cambial total foi negativo em US\$ 1,303 bilhão na primeira semana de abril (de 6 a 10), com saídas líquidas de US\$ 1,066 bilhão pelo canal financeiro. No mês, até o dia 10, o saldo foi negativo em US\$ 750 milhões, com retiradas líquidas de US\$ 678 milhões do lado financeiro. Esses números contrastam com o relato de operadores de aumento de entrada de recursos de investidores não residentes para ativos domésticos.

ORÇAMENTO

Governo Lula propõe salário mínimo de R\$ 1.717 em 2027

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo federal propôs um salário mínimo de R\$ 1.717 para o ano que vem, com aumento nominal de 5,92%. O valor consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, enviado ontem ao Congresso Nacional.

O reajuste segue a projeção de 3,06% para o Índice Nacional

de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento da economia em 2025, limitado ao crescimento de gastos de 2,5% acima da inflação, determinado pelo arcabouço fiscal. A estimativa para o INPC também consta do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R\$ 1.812 para o salário mínimo em 2028, de R\$

1.913 para 2029 e de R\$ 2.020 para 2030. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

Em 2023, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019. Por essa regra, o salário mínimo aumen-

taria 2,3% acima do INPC.

O pacote de corte de gastos aprovado no fim de 2024, no entanto, limitou o crescimento. Isso porque o salário mínimo entrou nos limites do arcabouço fiscal, que prevê crescimento real (acima da inflação) dos gastos entre 0,6% e 2,5%. Como o crescimento de 2,3% no PIB está abaixo do teto de 2,5%, a expansão da economia em 2025 poderá ser aplicada.

Projeto da LDO prevê crescimento de 2,56% do PIB para o próximo ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A economia brasileira deverá crescer 2,56% no próximo ano, depois de crescer 2,33% em 2026. A estimativa consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2027, enviado ontem ao Congresso Nacional.

Pelas estimativas oficiais, a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cairá para 3,04% em 2027, 3% em 2028 e 3% em 2029 e 2030, contra 3,74% pre-

vistas para este ano.

As projeções para o IPCA 2026, no entanto, estão desatualizadas. Com o início da guerra no Oriente Médio, o boletim Focus, pesquisa do Banco Central (BC) com instituições financeiras, prevê IPCA de 4,71% este ano, acima do teto da meta de 4,5%.

As estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado na correção do salário mínimo, serão 3,04% em 2027 e 3% em 2028, 2029 e 2030, menor que os 3,76%

projetados para este ano.

Em relação ao IPCA, índice oficial de inflação, a projeção para o próximo ano está dentro da meta contínua de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com margem de 1,5 ponto percentual. Com o intervalo de tolerância, a inflação poderá ficar entre 1,5% e 4,5% no próximo ano sem resultar em descumprimento da meta.

O projeto também prevê taxa Selic (juros básicos da economia) acumulada em 10,55% ao ano para 2027, 9,27% para 2028,

8,27% para 2029 e 7,27% para 2030. Atualmente, a Selic está em 14,75% ao ano.

O texto enviado ao Congresso prevê taxa de câmbio média a R\$ 5,47 para 2027, R\$ 5,45 em 2028, R\$ 5,50 em 2029 e R\$ 5,53 para 2030. Apesar de o petróleo estar atualmente em torno de US\$ 100 o barril, o projeto estima o preço médio do produto (usado para estimar receitas da União com royalties) em US\$ 67,69 no próximo ano, US\$ 66,60 em 2028, US\$ 66,92 em 2029 e US\$ 67,44 em 2030.

IMPOSTO DE RENDA

Receita já recebeu mais de 11 milhões de declarações de IR

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Receita Federal informou ontem que já recebeu mais de 11 milhões de declarações de Imposto de Renda, das quais mais de 60% foram pré-preenchidas.

Os dados são até o dia 13 de abril e, segundo a Receita, mostram um recorde de velocidade de entrega em relação aos anos anteriores. A Receita disse ainda que a grande maioria dos contribuintes não está na malha fina.

“Existe um processo absolutamente normal de mais retenções na malha no início da campanha, em que informações seguem sendo ajustadas, confirmadas e, quando necessário, retificadas, tanto pelos contribuintes quanto por fontes pagadoras. Malha não é punição; é etapa de conferência”, informou o órgão.

A Receita disse que os dados mostram um comportamento historicamente observado nos anos anteriores, com redução

progressiva na malha fina à medida que as informações são corrigidas e os dados reprocessados.

Até o dia 5 de abril, o percentual de declarações retidas em malha estava em 11,22% e, uma semana depois, esse percentual caiu para 8,15% no dia 13 de abril. No início de abril de 2025, segundo a Receita, o percentual de declarações do imposto de renda retidas em malha era de 8,21%.

A Receita Federal também informou que já está em contato di-

reto com empregadores que concentram contribuintes atualmente retidos em malha, orientando que as correções sejam feitas o quanto antes.

“Assim que essas informações são ajustadas pelas fontes pagadoras, a Receita reprocessa automaticamente as declarações, o que permite que retenções sejam revistas e, quando for o caso, liberadas sem necessidade de nova ação do contribuinte”, disse a Receita.

FRAUDE FINANCEIRA

Banco Itaú confirma acordo envolvendo ativos do BRB

O Itaú Unibanco informou ontem que uma de suas subsidiárias “celebrou instrumento por meio do qual se comprometeu a adquirir” ativos do Banco de Brasília (BRB).

“Não obstante, os valores envolvidos na referida transação são imateriais para a Companhia, de acordo com os seus critérios, razão pela qual tal transação não se qualifica como “fato relevante” para o Itaú Unibanco para fins da legislação”, diz o comunicado, assinado pelo diretor de Relações com Investidores do banco, Gustavo Lopes Rodrigues.

No comunicado, o Itaú não informou valores ou deu deta-

lhes do acordo.

O banco divulgou o comunicado em resposta a questionamento feito pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), acerca de notícia publicada pelo jornal Correio Braziliense. Na reportagem, o jornal diz que o banqueiro André Esteves, do BTG, afirmou em evento em São Paulo que estaria avaliando a aquisição de ativos do BRB e que Itaú Unibanco e o Bradesco “já negociaram com o BRB R\$ 1 bilhão em carteiras de contratos de empréstimos concedidos pelos estados e municípios com aval da União”.

TESOURO

União pagou R\$ 384,11 milhões de dívidas de estados e municípios

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Tesouro Nacional pagou, em março, R\$ 384,11 milhões em dívidas atrasadas de estados e de municípios. Ao todo, foram quitados débitos em atraso de três governos estaduais e de três prefeituras.

Os estados que precisaram de cobertura do Tesouro Nacional em janeiro foram os seguintes:

- Rio Grande do Sul: R\$ 250,07 milhões;
- Rio de Janeiro: R\$ 128,67 milhões;
- Rio Grande do Norte: R\$ 2,55 milhões.

Em relação aos municípios, tiveram a dívida paga pela União as prefeituras de Igatu (CE), com R\$ 2,55 milhões; de Paraná (TO), com

R\$ 214,36 mil; e Santanópolis (BA), com R\$ 65,94 mil.

ACUMULADO

Nos três primeiros meses do ano, o Tesouro quitou R\$ 993,80 milhões em débitos em atraso de quatro estados e de quatro municípios.

Os dados acumulados são os seguintes:

- Rio de Janeiro: R\$ 492,85 milhões;
- Rio Grande do Sul: R\$ 389,74 milhões;
- Rio Grande do Norte: R\$ 86,87 milhões;
- Amapá: R\$ 19,55 milhões.

O governo federal cobriu R\$ 4,8 milhões em dívidas não honradas por quatro prefeituras: Igatu

(CE), Guanambi (BA), Paraná (TO) e Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado nesta quarta-feira (15) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros. As dívidas honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados, como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Ser-

viços (ICMS), dentre outros.

Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

PROPAG

Até o fim do ano passado, os estados puderam aderir ao Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), que prevê uma série de condições, como venda de ativos à União e um plano de corte de gastos para a liberação de até R\$ 20 bilhões em investimentos pelos estados.

O Propag prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

META

Governo propõe superávit de R\$ 73 bilhões para 2027

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A equipe econômica propôs uma meta de superávit primário de R\$ 73,2 bilhões para 2027, primeiro ano do próximo mandato presidencial. O valor corresponde a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi apresentado no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado ao Congresso Nacional ontem.

Apesar da meta ambiciosa, o resultado efetivo das contas públicas deve ser bem menor. Isso porque o governo prevê descontar R\$ 65,7 bilhões em despesas fora das regras fiscais, o que levaria a um superávit final de apenas R\$ 8 bilhões. Caso a estimativa se confirme, será o primeiro resultado positivo nas contas federais desde 2022, considerando todos os gastos públicos.

O superávit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. Para este ano, o governo prevê um pequeno superávit de R\$ 3,5 bilhões pelos critérios oficiais. No entanto, ao conside-

rar os gastos fora do arcabouço fiscal, a previsão é déficit de R\$ 59,8 bilhões.

META COM FOLGA

O arcabouço fiscal ainda prevê uma margem de tolerância de 0,25% do PIB, equivalente a R\$ 36,6 bilhões. Na prática, isso permite que o governo registre até mesmo déficit primário no próximo ano, caso haja frustração de receitas.

A proposta precisará ser aprovada pelo Congresso e valerá para o próximo presidente eleito, que poderá manter ou alterar as regras com aval dos parlamentares.

EXCLUSÕES ELEVADAS

Parte do alívio nas contas vem da inclusão de 39,4% dos precatórios, dívidas judiciais da União com sentença definitiva, na meta fiscal. O percentual supera o mínimo de 10% a cada ano até 2036 previsto na emenda constitucional que trata do tema.

Com isso, o volume de despesas fora da meta permanece em R\$ 57,8 bilhões, mesmo nível

projetado para 2026. A estratégia busca evitar maior deterioração das contas públicas e da trajetória da dívida.

A exclusão de gastos do cálculo fiscal tem sido recorrente desde o início do atual governo, período em que as contas ficaram no vermelho entre 2023 e 2025, com previsão de novo déficit em 2026.

LIMITES DE DESPESAS

Pela regra do arcabouço fiscal que limita o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 70% do crescimento real da receita, as despesas federais poderiam subir até 3,3% em 2027, 5,09% em 2028, 3,88% em 2029 e 3,22% em 2029. No entanto, com o teto de 2,5% de crescimento acima da inflação, as despesas subirão nesse montante até 2030.

Em valores absolutos, o governo federal poderá gastar até R\$ 2,541 trilhões em 2027, R\$ 2,687 trilhões em 2028, R\$ 2,837 trilhões em 2029 e R\$ 2,995 trilhões em 2030. Desse total, o Poder Executivo poderá gastar até R\$ 2,441 trilhões em 2027, R\$

2,582 trilhões em 2028, R\$ 2,725 trilhões em 2029 e R\$ 2,877 trilhões em 2030.

Estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal, os limites de crescimento dos gastos, na prática, funcionam como um teto de gastos atenuado. Os limites para os demais Poderes – Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União – ficaram definidos da seguinte forma: R\$ 100,1 bilhões em 2027, R\$ 105,8 bilhões em 2028, R\$ 111,7 bilhões em 2029 e R\$ 117,9 bilhões em 2030.

PRÓXIMOS PASSOS

O PLDO estabelece diretrizes gerais para o Orçamento, mas os detalhes de receitas e despesas serão apresentados até 31 de agosto, com o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

A proposta reforça o desafio do próximo governo em equilibrar as contas públicas, em um cenário ainda marcado por pressões fiscais e crescimento moderado da economia.

CNI

Confiança da indústria atinge menor nível desde 2020

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A confiança dos empresários da indústria brasileira caiu pelo terceiro mês consecutivo e atingiu, em abril, o menor nível desde junho de 2020. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) recuou 1,4 ponto, chegando a 45,2 pontos, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O indicador permanece abaixo da linha de 50 pontos, que separa confiança de falta de confiança, há 16 meses seguidos. Segundo a CNI, isso evidencia um cenário persistente de pessimismo entre os industriais desde o início de 2025.

De acordo com a entidade, a queda recente está associada a fatores como juros elevados, desaceleração da demanda por bens industriais e agravamento

do cenário externo. A alta nos preços do petróleo também tem pressionado os custos das empresas.

“A piora do ambiente internacional e o aumento de custos têm intensificado o pessimismo em 2026”, explica em nota Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da entidade.

Os dois principais componentes do Icei apresentaram queda em abril. O índice de condições atuais recuou 1,6 ponto, para 40,5 pontos, indicando avaliação mais negativa sobre a situação das empresas e da economia. O índice de expectativas caiu 1,2 ponto, para 47,6 pontos, sinalizando projeções desfavoráveis para os próximos seis meses.

A pesquisa ouviu 1.070 empresas entre os dias 1º e 8 de abril, incluindo indústrias de pequeno, médio e grande porte.

ANTECIPAÇÃO

Aposentados e pensionistas do INSS podem consultar o 13º

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Cerca de 35,2 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem consultar a antecipação do décimo terceiro. A consulta pode ser feita no aplicativo Meu INSS, disponível para celulares e tablets, ou no site gov.br/meuinss.

Com a previsão de injetar R\$ 78,2 bilhões na economia, a antecipação do décimo terceiro do INSS será paga em duas parcelas.

A primeira parcela será paga de 24 de abril a 8 de maio. A segunda parcela vai de 25 de maio a 8 de junho.

As datas são definidas com base no dígito final do Núme-

ro de Inscrição Social (NIS) e com base na renda do beneficiário. Quem ganha apenas o salário mínimo começa a receber antes de quem recebe mais que o mínimo.

O decreto com a antecipação do décimo terceiro do INSS foi assinado no fim de março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Este será o sétimo ano seguido em que os segurados do INSS receberão o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro.

Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia da covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho. Em 2024 e 2025, em abril e maio.

TESOURO

Brasil capta 5 bi de euros em emissão internacional recorde

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo brasileiro captou 5 bilhões de euros ontem em uma emissão de títulos no mercado europeu, marcando o retorno do país ao segmento após mais de dez anos. A operação foi conduzida pelo Tesouro Nacional e anunciada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto).

Segundo o ministro, a emissão foi dividida em três prazos: quatro, sete e dez anos. O ministro adiantou detalhes da operação durante agenda oficial em Washington nos Estados Unidos, onde participa de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

DEMANDA

De acordo com o ministro, a procura pelos papéis superou as expectativas do governo, indicando forte interesse de investidores internacionais.

“Conseguimos uma captação histórica”, afirmou Durigan. “Voltamos ao mercado europeu com sucesso e vamos prospectar novos mercados até o fim do ano.”

Segundo estimativas apresentadas por instituições financeiras internacionais, a emissão foi estruturada em três papéis: 2 bilhões de euros em títulos com vencimento em 2030, 1,5 bilhão de euros para 2033 e 1,5 bilhão de euros para 2036.

Posteriormente, o Tesouro Nacional dará detalhes como juros e spread (diferença entre as taxas de captação e os títulos do Tesouro da Alemanha). A última emissão do governo brasileiro em euros ocorreu em 2014.



ANTÔNIO CRUZ/ABRASIL

ESTRATÉGIA DA DÍVIDA

A operação faz parte da estratégia do governo para administrar a dívida pública e ampliar a presença do Brasil em diferentes mercados e moedas.

Segundo o Tesouro, a emissão também busca criar uma referência para títulos em euros, o que pode facilitar futuras captações de empresas brasileiras no exterior.

Os recursos obtidos serão usados principalmente para o refinanciamento da dívida pública federal, substituindo passivos já existentes.

COORDENADORES

A operação foi coordenada por instituições financeiras in-

ternacionais, entre elas BBVA, BNP Paribas, Bank of America e UBS.

A decisão de realizar a emissão foi tomada após reuniões do Tesouro Nacional com investidores realizadas na véspera, em um cenário considerado favorável no mercado internacional.

PROJEÇÃO DO FMI

Durante a agenda nos Estados Unidos, Durigan também comentou a revisão da projeção de crescimento do Brasil pelo FMI, que passou a estimar alta de 1,9% no Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar da melhora, o ministro destacou que o cenário global de juros elevados deve limitar o crescimento econômico

nos próximos anos.

“O compromisso do governo é estabilizar e reduzir a trajetória da dívida pública no médio e longo prazo”, afirmou.

Em relação à projeção do FMI de que a dívida pública bruta do Brasil chegará a 100% do PIB em 2027, Durigan ressaltou que as estimativas do Fundo Monetário são mais altas que as do governo brasileiro por uma diferença de metodologia.

O FMI incluiu na dívida bruta os títulos do Tesouro em poder do Banco Central (BC) usados para regular a quantidade de dinheiro em circulação na economia e definir a Taxa Selic (juros básicos). O governo brasileiro desconsidera essas papéis nas estatísticas de dívida pública.

TURISMO

Brasil apresenta a países latinos medidas para o setor de aviação

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, apresentou para autoridades latino-americanas a proposta do governo para enfrentar os impactos da alta internacional dos combustíveis no setor aéreo devido ao conflito no Oriente Mé-

dio. No primeiro dia da World Travel Market (WTM) Latin America 2026, o ministro falou sobre a eliminação temporária de tributos sobre o querosene de aviação (QAV) como medida para reduzir a pressão sobre os custos da aviação, que recaem também sobre o turismo global.

“Expliquei as medidas do presidente Lula para diminuir o impacto da guerra”, disse o ministro terça-feira, ressaltando o interesse do representante do turismo mexicano, Miguel Rodriguez, na iniciativa. “E Miguel pediu uma cópia para levar isso para o país dele. Me parece que fi-

cou impressionado com a ação”, destacou Feliciano.

Durante encontro com representantes da região, Gustavo Feliciano detalhou o decreto assinado pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que reduz a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre o QAV.

CONCESSÃO DE LICENÇA
CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ nº 33.342.023/0001-33, torna público que recebeu à Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo no. EIS-PRO-2023/05832, Licença Municipal de Prévia - LMP nº. 2/2026 com validade de 48 meses, para Implantação de Loteamento residencial, situado na Estrada Santa Maura - PAL 37.950, Jacarepaguá - Município do Rio de Janeiro.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026
1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 24 de março de 2026, às 18:00 horas, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. 2. **MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. 3. **PRESENÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. 5. **ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, edição digital de 21, 22 e 23 de março de 2026 e impressa de 21, 22 e 23 de março de 2026, páginas 9 e 10 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 6. **DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 39.441.085,54 (trinta e nove milhões quatrocentos e quarenta e um mil oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 1.972.054,28 (um milhão novecentos e setenta e dois mil cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 9.367.257,82 (nove milhões trezentos e sessenta e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, a serem pagos até 31 de dezembro de 2026 e (c) R\$ 28.101.773,45 (vinte e oito milhões cento e um mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por seus representantes legais, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. 8. **ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: V21 Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 15/04/2026 sob o nº 00007716546. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

VILA MARIANA

Muralha ajuda a prender motorista que roubou e atropelou passageira

Um homem de 27 anos foi preso na terça-feira passada após ser identificado como autor de um roubo seguido de atropelamento ocorrido em 8 de abril na Vila Mariana, na zona sul de São Paulo. A localização do suspeito aconteceu por meio do monitoramento do Muralha Paulista, que permitiu à polícia rastrear o veículo utilizado no crime.

De acordo com o boletim de ocorrência, no dia do crime, a vítima, que estava em um carro de aplicativo acompanhada de familiares, combinou com o motorista a troca de R\$ 500 em dinheiro por uma transferência via Pix.

No destino da corrida, a mulher entregou o valor ao motorista, que acelerou o veículo sem concluir a transação. Ela ainda tentou impedir a fuga e acabou sendo arrastada pelo veículo, sofrendo ferimentos. O caso foi registrado como roubo com lesão corporal grave.

Com base nas informações do aplicativo e na identificação do veículo, os dados foram inseridos no sistema Muralha Paulista, do Governo de São Paulo, que passou a monitorar possíveis deslocamentos do automóvel.

Ontem, o carro foi localizado e abordado por policiais civis, na Vila Amália. O motorista foi conduzido ao 36º Distri-

to Policial, na Vila Mariana, onde permaneceu à disposição da Justiça.

MURALHA PAULISTA

O programa Muralha Paulista opera câmeras interligadas, distribuídas entre leitores de placas, equipamentos de reconhecimento facial e dispositivos de monitoramento em tempo real. A rede integra câmeras e sensores de órgãos públicos e privados a bases de dados e informações de localização, ampliando a capacidade de análise e resposta das forças policiais, operacionais e especializadas.

As câmeras do Muralha Paulista cruzam informações com o Banco Nacional de Mandados de Prisão e utilizam reconhecimento facial para identificar automaticamente foragidos da Justiça. Também contribuem para monitorar e ajudar a organizar o trânsito, localizar pessoas desaparecidas e veículos furtados ou roubados por meio da leitura e análise de placas.

A tecnologia restringe rotas de fuga, dificulta a movimentação dos criminosos e aumenta a capacidade de resposta das forças de segurança. Uma vez identificados e presos, os autores têm reduzida a possibilidade de reincidência nesses tipos de crimes.

GUARULHOS

Chileno que cometeu roubos em aeroportos foi preso novamente

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A Polícia Civil prendeu em flagrante um chileno de 65 anos após ele furtar a mochila de uma passageira no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, na terça-feira passada. A identidade dele não foi confirmada pela polícia, o que impediu o contato da reportagem com a defesa.

Conforme o boletim de ocorrência, o suspeito aproveitou um momento de distração da vítima, que estava sentada, furtou a mochila e deixou o local. Em seguida, a Polícia Civil o localizou e efe-

tuou a prisão.

A prática é recorrente. Seguindo os policiais, ele é suspeito de furtar outro passageiro que estava no aeroporto em 12 de abril. Os casos foram registrados na 3ª Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur) do Aeroporto Internacional de Guarulhos, que segue com as investigações.

O indiciado já possui histórico criminal por outros furtos nos aeroportos de São Paulo e estava respondendo em liberdade pelos crimes desde fevereiro deste ano, informou a Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP).

CRIME

FAUSTO MACEDO
E MARCELO GODOY/AE

Os governos Lula e Tarcísio de Freitas assinaram na terça-feira passada, um convênio com duração de três anos para a expansão da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) em São Paulo. Duas novas bases serão constituídas no estado: uma no Guarujá, na Baixada Santista, e outra em Paulínia, na região de Campinas.

A FICCO reúne policiais federais, rodoviários federais, policiais penais federais e estaduais e policiais civis e militares.

Atualmente, a força tem uma única base, criada em 2023, em São Paulo. O convênio foi assinado pelos secretários estaduais Oswaldo Nico Gonçalves (Segurança) e Marcelo Streifinger (Administração Penitenciária), além do superintendente da PF no estado, o delegado Rodrigo Luís Sanfurgo de Carvalho e representantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Secretaria Nacional de Política Penais (Senappen).

"A escolha pela região de Campinas e pela Baixada Santista se deve à importância econômica dessas regiões. São regiões estratégicas", afirmou Sanfurgo. Segundo ele, a FICCO garante

um combate de forma eficaz e rápida ao crime organizado no Estado. Para o secretário Nico, as duas novas bases vão ajudar a seguir o fluxo de dinheiro do crime organizado. "A asfixia financeira é importante, tirar o dinheiro do crime organizado", afirmou.

Foi pelo porto de Santos que o Primeiro Comando da Capital (PCC) começou a exportar cocaína para a Europa e África, enquanto a região de Campinas concentra no Aeroporto de Viracopos a operação de doleiros vinculados à evasão por meio de criptoativos e empresas investigadas na Operação Carbono Oculto, que apurou a

captura do setor de combustíveis pelo crime organizado e a lavagem de seu dinheiro na Faria Lima.

O modelo da FICCO é adotado em outros estados também por meio de convênios como o que foi fechado em São Paulo. Entre os dias 6 e 13 de abril, agentes da FICCO detiveram no País 143 investigados sob suspeita de tráfico, lavagem de dinheiro e outros ilícitos.

Os agentes também executaram mandados de buscas e confiscaram 1,45 tonelada de drogas (maconha, cocaína, crack e skunk). Em uma ação da FICCO de São Paulo foram confiscados 673 kg de maconha

OPERAÇÃO NARCOFLUXO

Ação da PF prende influenciadores envolvidos em lavagem de dinheiro

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, os cantores MC Ryan SP e MC Poze do Rodo (foto), na Operação Narcofluxo, contra organização criminosa acusada de lavagem de dinheiro e transações ilegais de mais de R\$ 1,6 bilhão.

Os valores apreendidos chegam a R\$ 20 milhões só em veículos. Também foram presos os influenciadores Raphael Sousa Oliveira, criador da página Choquei, e Chrys Dias, produtor de MC Ryan SP.

Ryan Santana dos Santos, de 25 anos, foi preso em uma festa na Riviera de São Lourenço, em Bertioga, no litoral de São Paulo. Ele é um dos principais cantores do funk nacional, com músicas ocupando lugares de destaque nos streamings musicais e mais de 15 milhões de seguidores nas redes sociais.

Com ele, foram apreendidos veículos, valores em espécie, documentos e equipamentos eletrônicos, além de armas e um colar com uma imagem do narcotraficante colombiano Pablo Escobar dentro de um mapa do estado de São Paulo.

A Justiça expediu 39 mandados de prisão temporária e quatro de busca e apreensão. Segundo a PF, 33 mandados de prisão foram cumpridos e a PF segue trabalhando para cumprir os restantes. Os envolvidos poderão responder pelos crimes de associação criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Medidas de constrição patrimonial incluem o sequestro de bens e a imposição de restrições societárias, com o objetivo de interromper as atividades ilícitas e de preservar ativos para



DIVULGAÇÃO

eventual ressarcimento.

Os mandados foram cumpridos em nove estados, entre eles o Rio de Janeiro, onde foi detido Marlon Brandon Coelho Couto Silva, o MC Poze do Rodo, que tem 27 anos. Ele estava em casa, em um condomínio de luxo no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Sudoeste da capital fluminense.

NARCOFLUXO

De acordo com o delegado regional da Polícia Judiciária, Marcelo Maceiras, a Narcofluxo é desdobramento da Operação Narcobet, deflagrada no final do ano passado.

"Ela mira uma estrutura de lavagem de dinheiro montada por uma associação de pessoas

que desenhou um mecanismo financeiro para tornar legítimo o dinheiro de diversos tipos de crime, desde tráfico de drogas a operação de apostas e rifas online ilegais".

Segundo as investigações, os envolvidos usavam um sistema para ocultar e dissimular valores, incluindo operações financeiras de alto valor, transporte de dinheiro em espécie e transações com criptoativos.

"O grupo reunia pessoas de visibilidade para fazer propaganda das empresas de apostas e rifas ilegais e movimentar dinheiro sem chamar a atenção de autoridades."

Segundo Maceiras, o dinheiro ilegal era introduzido no sistema financeiro formal por meio

do pagamento de pessoas públicas, saindo como recurso regular da atividade. "E aí vemos postagens de ostentação de grandes festas, veículos e imóveis luxuosos".

Maceiras disse que o grupo usava processadoras de pagamento legais, por meio das quais conseguia fazer um montante relevante de dinheiro circular. "Eles conseguiam partir para as fases finais da lavagem de dinheiro, que era a descentralização dos recursos com lanranças, para não chamar a atenção e dificultar o rastreamento", disse.

A operação também cumpriu mandados em Pernambuco, Espírito Santo, Maranhão, Santa Catarina, Paraná e Goiás e Distrito Federal.

INVERNO

Governo de SP lança Campanha do Agasalho 2026 e mobiliza rede de apoio

O Governo de São Paulo iniciou ontem, a Campanha do Agasalho 2026, uma das principais ações de mobilização social do estado. Com o slogan "Doe com amor, faz bem fazer o bem", a iniciativa do Fundo Social tem como objetivo arrecadar roupas, cobertores e acessórios de inverno para atender pessoas em situação de vulnerabilidade em todas as regiões paulistas.

Realizada anualmente, a campanha fortalece uma ampla rede de solidariedade formada por municípios, empresas e organizações da sociedade civil.

Em 2026, o foco é ampliar ainda mais o alcance das doações e garantir que os itens cheguem com agilidade às regiões com maior demanda, especialmente aquelas que enfrentam temperaturas mais baixas durante o inverno.

COMO COLABORAR

Podem ser doados roupas, cobertores, meias, toucas, cachecóis e calçados, desde que estejam em bom estado de conservação.

Neste ano, a campanha conta com uma estrutura ampliada de arrecadação: são 642 pontos distribuídos pelos Fundos Sociais

Municipais em todas as regiões do estado, além de 244 unidades físicas do Poupatempo.

Na capital, as doações também podem ser feitas na estação Sé do metrô e em 17 estações da Linha 7-Rubi: Palmeiras-Barra Funda, Água Branca, Lapa, Piqueri, Pirituba, Vila Clarice, Jaraguá, Vila Aurora, Perus, Caietés, Franco da Rocha, Baltazar Fidélis, Francisco Morato, Botujuru, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista e Jundiaí.

As doações podem ainda ser entregues diretamente no Centro de Distribuição do Fundo Social de São Paulo, localizado

na Rua Marechal Mário Guedes, nº 301, no Jaguaré, zona oeste, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.

A distribuição dos itens segue critérios técnicos e ocorre de forma contínua ao longo da campanha. Na capital paulista, as doações são destinadas a entidades assistenciais cadastradas, enquanto parte dos itens é mantida em estoque estratégico para atendimento emergencial em situações como incêndios e enchentes. No interior, a distribuição é realizada diretamente pela rede municipal de assistência social.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver* prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (xxviii) do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária do envio das cópias das demonstrações financeiras trimestrais auditadas da Devedora, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (i), alínea (a) das Notas Comerciais, relativo a dezembro de 2023 (março, junho e setembro), dezembro de 2024 (março, junho e setembro) e dezembro de 2025; (ii) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "1" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 90 (noventa) dias, a contar de 30 de abril de 2026, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio do Relatório de Destinação dos Recursos, nos termos da Cláusula 4.7 e 4.7.1 das Notas Comerciais, referente: (i) novembro de 2023 a abril de 2024, (ii) maio a outubro de 2024, (iii) novembro de 2024 a abril de 2025, (iv) maio de 2025 a novembro de 2025, e (v) dezembro de 2025 a maio de 2026; (iv) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "1" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da realização da presente assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas pela Devedora; e (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@bolivestrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Famenor 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 14 de abril de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

ELEIÇÃO

Deputados escolhem novo presidente da Alerj amanhã

MARIA MAGNABOSCO/AE

Os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) marcaram para a amanhã, às 11h, a eleição para definir o presidente da Casa. A decisão foi unânime e ocorreu após reunião da Mesa Diretora e líderes partidários.

No dia 26 de março os deputados chegaram a eleger Douglas Ruas (PL) como o novo presidente da Alerj. No entanto, o Tribunal de Justiça do Rio (TJR) anulou a eleição poucas horas depois. Assumindo a presidência do legislativo do Rio, ele seria definido como o governador "tampão" do estado caso a eleição fosse validada.

Com a anulação da sessão que elegeu Ruas, o desembargador Ricardo Couto, presidente do TRJR, permaneceu como governador do Estado. A presidente em exercício do tribunal do Rio, desembargadora Suely Lopes



Magalhães, decidiu por manter Couto no governo do estado até que a Justiça Eleitoral resolvesse

o imbróglio jurídico causado pelo afastamento do deputado estadual Rodrigo Bacellar (União-

RJ) da presidência da Alerj.

O deputado Guilherme Dela-rola (PL) (foto) assumiu interinamente a presidência da Casa. Com a retotalização dos votos de Bacellar homologada pelo TSE na terça-feira, os deputados entenderam que há condições para realização de uma nova eleição.

Bacellar foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 24 de março, junto do ex-governador Cláudio Castro (PL) e do ex-vice-governador Thiago Pampolha por abuso de poder político e econômico, condutas vedadas e captação ilícita de recursos nas Eleições Gerais de 2022.

O novo chefe da Casa poderá assumir o Executivo estadual e conduzir o processo de eleição indireta para governador-tampão do Rio de Janeiro, que exercerá o mandato até dezembro. O formato das eleições para o governo do estado ainda está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

ZONA SUL

Pavão-Pavãozinho e Cantagalo entram na rota do turismo carioca

O Complexo do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, na Zona Sul do Rio, foi incluído no roteiro turístico da cidade. A medida foi possível por meio de uma parceria entre o Governo do Estado e o aplicativo Na Favela Turismo. O tour pelas comunidades reúne visitas aos principais pontos, trilhas com vistas para a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Cristo Redentor e as praias de Copacabana e Ipanema, além da visita ao Museu de Favela, projeto arquitetônico desenvolvido pelo programa Cidade Integrada.

"É sempre importante apresentar propostas que valorizem as comunidades, fomentem o turismo e gerem oportunidades para os moradores dessas regiões", destaca a coordenadora do Programa Cidade Integrada, Ruth Jurberg.

A iniciativa faz parte das ações do programa Cidade Integrada, que reúne projetos voltados para infraestrutura, segurança e desenvolvimento cultural, artístico e social em áreas de vulnerabilidade. A partir de agora, o Pavão-Pavãozinho e Cantagalo passa a integrar o seletor grupo de comunidades aptas a receberem turistas com roteiros acompanhados por guias especializados, que antes incluía apenas a Rocinha e o Vidigal.

O TOUR

Quem deseja fazer um tour pelas comunidades do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, pode ir até a entrada da comunidade onde há um estande do aplicativo Favela Turismo. No local, um guia cadastrado no App acompanhará o turista no passeio. Além de permitir a identificação de guias da plataforma, o aplicativo assegura ao turista rotas verificadas e monitoradas em tempo real. Uma nova versão do Na Favela Turismo será lançada ainda este mês. O turista passará a ter acesso ao acompanhamento do seu próprio tour em tempo real diretamente pelo aplicativo.

Nas comunidades, além das fotos com visual atrativo, o turista tem a oportunidade de conhecer histórias de moradores e aproveitar a gastronomia local.

"O turismo em comunidades é uma importante ferramenta de transformação social. O conjunto Pavão-Pavãozinho e Cantagalo possui um rico patrimônio histórico. Tenho certeza de que essa integração com um dos principais aplicativos de roteiros turísticos vai gerar bons frutos para a comunidade e proporcionar experiências marcantes aos visitantes - completa Ruth.

A inclusão das comunidades no roteiro turístico vai ampliar a visibilidade de iniciativas culturais e colaborar para fortalecer a economia local.

"Nosso objetivo é valorizar a cultura e o turismo do estado, dentro e fora das comunidades. É inegável a relevância histórica que esses territórios agregam ao desenvolvimento turístico e econômico", frisa o

secretário de Estado de Turismo, Lucas Alves.

A ROTA DO TURISMO

Um dos braços culturais dessa integração é o Museu de Favela (MUF), localizado no Edifício Multiuso do Estado. O museu ganhou sede própria após 17 anos de atividades realizadas em espaços cedidos nas comunidades. A construção, realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP-RJ), recebeu mais de R\$ 2,6 milhões em investimentos, além dos investimentos de R\$ 3 milhões por meio da Light captados via lei de incentivo.

"A ideia do museu nasceu do desejo de mostrar um olhar diferenciado sobre as favelas por meio do turismo. Se queremos projetar algo para fora, o turismo é a ponte. Mas precisávamos de um argumento, e esse argumento é a nossa memória, nossas histórias de superação e a nossa forma de viver", explica Márcia Souza, uma das sócias-fundadoras do espaço.

Ainda de acordo com Márcia, muitos visitantes se surpreendem ao conhecer o MUF:

"Já ouvimos turistas estrangeiros que imaginavam a favela como um lugar triste e ficaram encantados ao ver a felicidade e a luta das pessoas. Não é apenas sobre o clima; é sobre as conquistas e a forma como as pessoas resistem. É um lugar de cultura e de pertencimento", completa Márcia.

REFLEXO

Dono e chef do Bar e Restaurante Panelada, Nasi Barbosa destaca como o turismo mudou a percepção de segurança e a economia local. Para ele, no que diz respeito à questão econômica, a novidade resultou em um salto enorme para quem vive do comércio local.

"Vejo isso como uma oportunidade para novos empreendedores. O turista vem e percebe todo mundo abraça quem chega", diz o empresário.

No ano passado, Nasi viu o movimento do estabelecimento crescer ainda mais devido à sua participação no Circuito Favela Gourmet, evento de rota gastronômica pioneira no Rio de Janeiro, que destacou restaurantes da Rocinha, Vidigal e Pavão-Pavãozinho/Cantagalo.

Quem também está animado com a chegada de mais turistas é o Mestre Pardal, mototaxista e professor de capoeira no alto do PPG, ele ressalta que a medida gera mais renda e oportunidade de trabalho.

"Alguns turistas, principalmente os estrangeiros, acham curioso o nosso meio de transporte; outros têm medo. Apresentamos a cultura da comunidade e as vistas que temos aqui. Os lugares que eles mais buscam variam muito: alguns só querem ver o visual, mas outros querem saber dos projetos sociais, da cultura e da arte", conta Pardal.

CIGARRO

Instituições preparam orientações para reforçar pesquisas sobre vapes

O Instituto Nacional de Câncer (Inca), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e outras instituições de pesquisa trabalham em uma carta conjunta com recomendações e orientações para estudos sobre dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), como cigarros eletrônicos, vapes e similares.

O documento será assinado pelo diretor-geral do Inca, Roberto Gil, pela vice-presidente adjunta de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, Patrícia Canto, e por representantes de universidades e insti-

tuições de pesquisa de todo o país.

As diretrizes foram debatidas na terça-feira e ontem no seminário Construindo uma Agenda de Pesquisa Prioritária sobre Dispositivos Eletrônicos para Fumar para o Brasil, no Rio de Janeiro.

Os pesquisadores partiram de um levantamento, realizado entre 2019 e março de 2025, que identificou 59 estudos sobre os impactos dos DEFs na literatura científica nacional.

As pesquisas analisadas abordam desde os danos à

saúde humana até dados epidemiológicos sobre experimentação e uso, além de aspectos regulatórios e de políticas públicas.

O diretor-geral do Inca afirmou que o seminário representou um esforço coletivo para identificar lacunas e prioridades de pesquisa sobre esses dispositivos.

"Queremos fortalecer a base científica que orienta as políticas públicas e ampliar a capacidade de resposta do País a esse desafio, que representa uma ameaça à saúde da popu-

lação brasileira, sobretudo das novas gerações", destacou Roberto Gil.

Pesquisadora e coordenadora substituta do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab/Fiocruz), Ana Paula Natividade disse que o encontro buscou organizar o conhecimento existente e apontar caminhos para novas investigações que fortaleçam a saúde pública.

"O avanço acelerado desses produtos e das estratégias da indústria do tabaco exige respostas científicas igualmente rápidas e coordenadas".

MEDICAMENTO

Anvisa proíbe canetas emagrecedoras irregulares e de 'origem desconhecida'

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão dos medicamentos Gluconex e Tirzedral, produzidos por empresa não identificada. A medida também proíbe a comercialização, a distribuição, a importação e o uso dos produtos.

"Amplamente divulgados na internet e vendidos como medicamentos injetáveis de GLP-1, os produtos são conhecidos popularmente como canetas

emagrecedoras, mas não têm registro, notificação ou cadastro na Anvisa", informou a agência.

Em nota, a Anvisa destacou que, por se tratarem de produtos irregulares e de origem desconhecida, "não há qualquer garantia quanto ao seu conteúdo ou à sua qualidade". Por isso, não devem ser utilizados em nenhuma hipótese.

"Profissionais de saúde e pacientes que identificarem produtos das marcas e lotes citados podem entrar em contato com a

agência, por meio dos canais de atendimento, ou com a vigilância sanitária local, utilizando os contatos disponíveis no portal da Anvisa."

PARAGUAI

Na última segunda-feira, a Polícia Civil do Rio de Janeiro interceptou um ônibus que vinha do Paraguai com contrabando de canetas emagrecedoras e anabolizantes, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

O veículo vinha sendo moni-

torado por suspeita de transportar material ilegal. No momento da abordagem, havia 42 passageiros no ônibus, que foram conduzidos à Cidade da Polícia.

Um casal que embarcou em Foz do Iguaçu, no Paraná, foi preso em flagrante, com grande quantidade de produtos de origem paraguaia colocados à venda irregularmente no território nacional, como anabolizantes e mil frascos de canetas emagrecedoras, contendo a substância tirzepatida.

JÚRI POPULAR

Terceiro réu por morte de congolês Moïse Kabagambe vai a julgamento

Foi a júri popular, ontem, Brendon Alexander Luz da Silva, conhecido como Tota, terceiro acusado de participar do assassinato do jovem congolês Moïse Kabagambe. O julgamento ocorre no Tribunal do Júri da Capital, no Centro do Rio. O crime ocorreu em 24 de janeiro de 2022, em um quiosque na Praia da Barra da Tijuca, zona oeste da cidade.

Brendon é o último dos três denunciados como executor que vai a julgamento. Em março de 2025, os outros dois réus Fá-

bio Pirineus da Silva e Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca foram condenados a penas que, somadas, chegam a 44 anos de prisão, em regime fechado.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, imagens das câmeras de segurança do quiosque Tropicália mostram que Brendon participou diretamente das agressões e também aparece em um dos momentos de maior repercussão do caso: ao lado de outro acusado, ele posou para uma foto junto à víti-

ma já imobilizada no chão, amarrada e aparentemente desacordada.

Na sequência, faz um gesto com as mãos conhecido como "hang loose", associado a uma saudação descontraída, o que evidenciou, à época, a extrema frieza dos envolvidos", diz Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

As gravações também registram que os três acusados espancaram Moïse com um taco de beisebol, além de socos, chu-

tes e tapas, ao longo de 13 minutos. Mesmo sem apresentar resistência, a vítima foi derrubada, contida e amarrada, ficando completamente indefesa diante dos ataques.

No julgamento anterior, de Fabio e Aleson, o Conselho de Sentença acolheu integralmente as teses do MPRJ, reconhecendo que o crime foi cometido por motivo banal, com extrema crueldade e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Nota

MAIS DE 1,7 MILHÃO DE VEÍCULOS ESTÃO COM PENDÊNCIAS DO IPVA 2026

Com o término dos vencimentos do IPVA 2026 na última quinta-feira, dia 9, a Secretaria de Estado de Fazenda fez um balanço dos pagamentos do tributo. Mais de 1 milhão e 760 mil veículos estão com alguma parcela em aberto. O número corresponde a pouco mais da metade da frota tributável, de cerca de 3 milhões e 420 mil veículos. O Pix foi o meio de pagamento preferido dos contribuintes. Foram quase 1,4 milhão optando por essa modalidade em no mínimo uma das parcelas, o que representa 72% do total de 1,9 milhão de veículos com pelo menos uma cota paga. Quem ainda está com alguma pendência do IPVA pode aproveitar a opção do parcelamento no cartão de crédito, lançada este ano pela Sefaz-RJ em parceria com empresas credenciadas. Para isso, o contribuinte deve acessar a Central de Serviços da Receita Estadual, no Portal da Fazenda. (atendimentodigitalrj.fazenda.rj.gov.br), e fazer login com a conta Gov.br ou certificado digital.

ABORDAGEM POLICIAL

Supremo suspende julgamento sobre direito a silêncio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem o julgamento que vai decidir se suspeitos da prática de crimes devem ser informados sobre o direito do silêncio ao serem abordados pela polícia.

A análise do caso foi interrompida por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Não há data para retomada do julgamento.

A Corte vai decidir sobre a aplicação do direito constitucional à não autoincriminação durante a inquirição informal de um suspeito durante a ocorrência policial.

VOTOS

O julgamento começou em outubro do ano passado, quando o relator do caso, Edson Fachin, entendeu que o direito constitucional ao silêncio deve ser estendido a abordagens policiais para evitar confissões informais obtidas

por policiais.

Em seguida, os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Nunes Marques votaram a favor da tese.

Na sessão de hoje, o ministro André Mendonça divergiu do relator. Para o ministro, a polícia não tem a obrigação de alertar sobre os direitos de um suspeito.

"A pessoa tem direito ao silêncio, esse direito é assegurado constitucionalmente a qualquer cidadão, em qualquer contexto. Outra coisa é a obrigatoriedade da autoridade policial fazer a expressa consignação da existência desse direito", afirmou o ministro.

Ao justificar o pedido de vista, Alexandre de Moraes disse que a decisão da Corte terá impacto na segurança pública e pode anular investigações.

"Aparentemente é uma mudança banal, mas pode levar a centenas de nulidades e de (soltura de) criminosos nas ruas", afirmou.

DINO DECIDE

Decisões estrangeiras só valem após homologação do STJ

JOSE CRUZ/ABRASIL



FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), reafirmou ontem que decisões judiciais estrangeiras somente produzem efeitos no Brasil se passaram pelo rito de internalização, incluindo a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"Conforme consignado, são ineficazes, no território brasileiro, as decisões de tribunais estrangeiros que não observem os mecanismos constitucionais de internalização, quais sejam a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça e os demais instrumentos de cooperação judiciária internacional", escreveu o ministro no documento.

Com esse posicionamento, o ministro afastou a aplicabilidade de uma determinação da Justiça do Reino Unido no processo em que famílias e municípios buscam responsabilizar a mineradora britânica BHP Billiton pelo desastre de Mariana (MG), maior desastre ambiental do país, ocorrido em 2015.

Ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) sobre o assunto foi movida pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que alega violação da soberania nacional por municípios que movem ações em outros países sem a participação da União.

ENTENDA

A juíza responsável pelo processo na Inglaterra proferiu em fevereiro decisão para proibir que qualquer dos autores da

causa celebrassem acordos paralelos, sem a autorização da justiça britânica. Para Dino, essa decisão afronta a soberania brasileira.

"Tal exigência estabelece, de forma artificial e juridicamente inadmissível, uma subordinação da jurisdição brasileira à jurisdição inglesa, o que se configura intolerável", escreveu o ministro.

No texto desta quarta-feira, Dino rememorou definição anterior, tomada em agosto do ano passado, na qual já havia citado a não eficácia automática de decisões judiciais estrangeiras no Brasil.

Na ocasião, o ministro incluiu na restrição também atos executivos de outros países. A decisão de agosto fora tomada pouco depois de o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, ter sido enquadrado pelo governo dos Estados Unidos na Lei Magnitsky. Tal lei prevê sanções econômicas a quem viole os direitos humanos, por exemplo.

À época, Brasil e EUA enfrentavam tensão nas relações comerciais e diplomáticas, em razão do julgamento sobre a tentativa de golpe de Estado pela qual foi condenado o ex-presidente Jair Bolsonaro, um antigo aliado de Donald Trump, presidente norte-americano.

Dino chegou citou, no ano passado, "o fortalecimento de ondas de imposição de força de algumas nações sobre outras", e determinou medidas específicas para impedir que instituições financeiras brasileiras embarçassem transações sem a autorização do Supremo.

HABITAÇÃO

Aportes para MCMV são ampliados para R\$ 200 bi

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo federal anunciou uma série de medidas para reforçar o papel da construção civil enquanto vetor de crescimento econômico. Uma delas prevê o aporte de mais R\$ 20 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Com esse aporte, com origem no fundo social, o Brasil atingirá valor recorde para financiamento do programa, chegando a R\$ 200 bilhões. Diante dos resultados que vêm sendo observados, o governo já está trabalhando com metas acima das definidas inicialmente.

De acordo com o Planalto, o programa habitacional alcançou, com um ano de antecedência, a marca de 2 milhões de moradias contratadas.

"Se Deus quiser, vamos contratar 3 milhões de casas até o final desse ano. Prometemos 2 milhões, mas vamos chegar a 3 milhões de contratos. E vamos melhorar a renda das pessoas para que possam morar melhor", discursou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) ontem, no Planalto, ao anunciar as medidas.

Lula lembrou que, conforme está disposto na Constituição, moradia é um direito humano, e que, ao torná-la acessível ao trabalhador brasileiro, por meio do setor de construção civil, ela faz com que a economia gire.

FGTS

Nesse sentido, o presidente disse que o FGTS é benéfico para o país, além de fundamental para a construção civil.

"Por isso, temos que cuidar



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

bem dele. Não quero usar o dinheiro do FGTS para nada além do seu objetivo: garantir o trabalhador e ajudá-lo a conquistar sua casa".

A fala do presidente veio em meio à preocupação de que o setor da construção civil venha a se prejudicar, caso o governo avance com a ideia de autorizar uso do FGTS pelas famílias para amortizarem suas dívidas.

Durante a cerimônia, o Ministro das Cidades, Vladimir Lima, lembrou que o MCMV conta também com recursos do Orçamento Geral da União, além do FGTS.

MOTOR PROPULSOR

"O MCMV tem sido um programa impactante e motor propulsor para a gente contribuir

na redução do déficit habitacional. Segundo a Fundação João Pinheiro, chegamos no menor patamar do déficit habitacional relativo da história do país: 7,4%. Isso é resultado da retomada deste importante programa", argumentou o ministro.

Vladimir Lima detalhou as novas faixas de renda e os valores atualizados dos imóveis financiados pelo programa, anunciados pelo Conselho Curador do FGTS em março.

- Faixa 1: renda familiar de até R\$ 3.200;
- Faixa 2: de R\$ 3.201 a R\$ 5.000;
- Faixa 3: de R\$ 5.001 a R\$ 9.600, com imóveis de até R\$ 400 mil;
- Classe Média: renda de até R\$

13 mil, com imóveis de até R\$ 600 mil.

REFORMA CASA BRASIL

Durante a cerimônia, foram anunciadas também melhorias para o programa Reforma Casa Brasil. O público-alvo foi ampliado para famílias com renda de até R\$ 13 mil, igualando-se ao teto do MCMV e garantindo que mais brasileiros possam melhorar suas moradias.

"As condições financeiras para reformas tornaram-se mais atrativas, com a redução da taxa de juros para 0,99% ao ano para todos os beneficiários", informou o Planalto, que aumentou também o valor do ticket máximo da reforma, de R\$ 30 mil para R\$ 50 mil.

O prazo de amortização foi estendido de 60 para 72 meses.

PEDIDO DE VISTA

STF adia conclusão de julgamento sobre nepotismo em cargos públicos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem a conclusão do julgamento sobre nomeações de parentes para cargos políticos.

O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. A data para retomada da análise do caso ainda não foi definida.

Em 2008, o Supremo editou uma súmula vinculante para proibir o nepotismo no serviço público. De acordo com o texto da decisão, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau para cargos pú-

blicos viola a Constituição.

Contudo, a Corte reconheceu meses depois que a restrição não vale para cargos de natureza política, como secretários de Estado. A decisão permitiu que governadores e prefeitos indiquem parentes para cargos na administração estadual.

O caso voltou ao Supremo por meio de um recurso para derrubar uma lei de Tupã (SP), que, em 2013, e proibiu a contratação de parentes do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores na gestão municipal. A norma contrariou o entendimento da Corte que validou as nomeações para fun-

ções políticas.

VOTOS

Em novembro do ano passado, a Corte formou maioria de 6 votos a 1 para manter entendimento de que a nomeação de parentes para cargos de natureza política não configura nepotismo.

Na sessão de ontem, o ministro Luiz Fux, relator do caso, decidiu rever seu voto e afirmou que configura nepotismo nomeações para cargos políticos.

"Hoje em dia, entendemos que não pode nomear cônjuge, companheiro, parente em linha

reta. Por que tem de nomear esses parentes?", questionou o ministro.

Os ministros Flávio Dino e Cármen Lúcia também acompanharam o novo posicionamento de Fux.

A ministra disse que é preciso evitar a pessoalidade e o patrimonialismo no serviço público. "Desde o início, Pero Vaz de Caminha, na carta do Brasil à Corte Portuguesa, ele solicita que a Corte se preocupe com um cargo que poderia ser dado a seu genro. Nós temos uma tradição de tentativa de arranjar para os seus, espaço ou algum benefício", completou.

FALAÇÃO

Ratinho responderá no TRE-SP por violência política contra deputada

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O apresentador Carlos Massa, conhecido como Ratinho, responderá como réu na Justiça Eleitoral, após o Tribunal Regional Eleitoral aceitar desistir de uma ação de 2023.

A ação inicial apurava comentários de Ratinho contra a deputada estadual Natália Bonavides (PT-RN) em um programa de rádio, em dezembro de 2021.

Os comentários do apresentador, que criticavam uma proposta de Lei que alterava a redação da declaração no casamento civil (PL 4.004/21), usaram termos classificados

pelo Ministério Público Eleitoral como constrangedores e com o fim de humilhar a parlamentar.

Na época, as ofensas levaram à manifestação de partidos de esquerda e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, que repudiou as declarações e considerou "inacreditável que ainda persistam atos desta natureza". Foram usadas falas que apelaram a estereótipos de gênero.

"As expressões Vá lavar roupa, costura a calça do teu marido, a cueca dele... e vem essa imbecil pra fazer esse tipo de coisa! configuram, em tese, um ato de humilhação e constrangimento que se utiliza de claro

menosprezo à condição de mulher. Tais falas remetem a um estereótipo de gênero que relega a mulher ao espaço doméstico e deslegitima sua presença e atuação na esfera pública e política", considera o Juiz Eleitoral Tiago Ducatti Lino Machado na decisão.

Ratinho responderá por infração ao artigo 326-B do Código Eleitoral, que define o crime de violência política contra a mulher.

Além das declarações de cunho machista, o apresentador fez menção a mandar "metralhar" a deputada, que o processou civilmente. O processo foi até a segunda instância, quando o TRF-5 inocentou Massa.

Segundo o Ministério Público, entre os objetivos do processo está a fixação de valor mínimo para reparação dos danos morais causados à vítima, no montante de R\$ 1 milhão, e consideram que houve danos diretos à deputada.

"Ainda que proferida em um contexto que o denunciado alega ser de 'estilo' ou 'jocosos', possui um potencial intimidatório e ameaçador que não pode ser ignorado nesta fase. A sugestão de violência física como resposta a uma atuação parlamentar, independentemente da intenção final, pode ser interpretada como uma forma de constrangimento e ameaça", diz o MP.

JORNADA DE TRABALHO

Lula pede atuação de centrais sindicais para fim da escala 6x1

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

No dia seguinte ao envio ao Congresso Nacional do projeto de lei de redução de jornada para no máximo 40 horas semanais (e fim da escala 6x1), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto com Rick e Marinho) recebeu, no Palácio do Planalto, 68 reivindicações de representantes das centrais sindicais que participaram, ontem em Brasília, da "marcha da classe trabalhadora" na Esplanada dos Ministérios.

Na ocasião, o presidente, ao se dirigir aos dirigentes sindicais, disse que é necessária mobilização e pressão dos trabalhadores para aprovação da redução de jornada enviada ao Congresso.

"Vocês não podem abdicar da sagrada responsabilidade de vocês de lutar pelos trabalhadores que vocês representam", afirmou. Lula falou que o período é desafiador "Não tem tempo fácil. É sempre muito sacrifício. E cada vez que a gente manda uma coisa para aprovar no Congresso, é preciso saber que vocês têm que ajudar", justificou.

BURNOUT

Lula, no evento, homenageou o ativista e ex-balconista Rick Azevedo, que criou o movimento Vida Além do Trabalho, e que acabou dando origem ao projeto de redução de jornada. O presidente chegou a sugerir que, se a lei for aprovada, tenha o nome do ativista.

Ao presidente, Azevedo recordou que teve burnout e depressão com o excesso de trabalho e pouco descanso. "Em 13 de setembro de 2023, eu falei: 'chega'... Então eu postei um vídeo no TikTok revoltado e denunciando esse modelo de trabalho de seis dias consecutivos para apenas um dia de folga. E o vídeo viralizou", recordou.

CRÍTICAS A RETROCESSOS

Lula aproveitou o encontro



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

com as centrais para criticar as aprovações das reformas Trabalhista (2017) e da Previdência (2019) e também outras, que ele considera retrocessos para a classe trabalhadora.

Para o presidente, a luta dos trabalhadores é mais dura para as centrais sindicais neste momento. Ele ainda alertou que há grupos no Brasil de oposição que defendem reforma semelhante à que foi realizada na Argentina (que incluiu a possibilidade de aumento da jornada para 12 horas diárias de trabalho).

TRANSFORMAÇÃO

Os representantes das centrais sindicais celebraram a decisão do governo de enviar o projeto que acabaria com a escala 6x1. Um deles foi o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, que citou a possibilidade de haver mais mercado de trabalho com a redução de jornada. "Essa medida gera 4 milhões de empregos", disse.

Para o presidente da CTB, o Brasil tem uma capacidade de se

recolocar com uma nova indústria voltada para uma sustentabilidade socioambiental e também pelos processos de desregulamentação. Ele citou o risco altíssimo da pejotização, termo usado para quando um profissional é contratado como pessoa jurídica, mas atuando com funções próprias que deveriam ser regidas pela CLT.

Outro representante que tratou dos temas da necessidade de manutenção dos direitos e da redução de jornada foi o presidente da Força Sindical, Miguel Torres. Ele celebrou que a marcha mobilizou mais de 20 mil trabalhadores. Torres disse que o projeto já está maduro para entrar em vigor.

"É mais tempo para a família, para a saúde para o lazer, para estudar e para a pessoa".

TRANSFORMAÇÕES

O coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz, explicou que a pauta de 68 reivindicações apresentada ao presidente refere-se aos próximos cinco anos. Para Ganz, as categorias

devem ter capacidade de olhar o mundo do trabalho em profunda transformação, com mudanças tecnológicas, que impactam o mundo do trabalho como um todo.

"Mulheres e jovens serão os mais impactados pela inteligência artificial e pela inovação tecnológica, segundo os últimos estudos da OIT. Nós temos a mudança climática e a emergência ambiental com impacto sobre o mundo do trabalho", afirmou.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patata, citou a necessidade de proteger trabalhadores por aplicativo e entregadores. "É fundamental se preocupar com a vida, com a saúde e com a juventude, que significa o futuro do nosso país", afirmou.

Também no evento, a presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, afirmou que a pauta da classe trabalhadora deve incluir o combate ao feminicídio. "Nós precisamos fazer esse combate conscientizando a população pela educação".

CPI DO CRIME

Gilmar pede à PGR investigação contra Alessandro Vieira

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu ontem à Procuradoria-Geral da República (PGR) a abertura de investigação contra o senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

A medida foi tomada um dia após o senador pedir o indiciamento de Gilmar Mendes, dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado. A acusação era de que os ministros teriam envolvimento com o caso do Banco Master.

Gilmar pede ao procurador-geral que o parlamentar responda pelo crime de abuso de autoridade.

"Sendo certo o desvio de finalidade praticado pelo Senador Relator da CPI do Crime Organizado e a potencial incidência de sua conduta nos tipos penais descritos na Lei 13.869/2019 e em outros marcos repressivos criminais, requer-se a apuração destes acontecimentos e a adoção das medidas cabíveis", solicitou Gilmar.

Gilmar Mendes disse que a CPI foi criada para investigar ações do crime organizado, mas Alessandro Vieira, relator da comissão, realizou o "indevido in-

diciamento" dos ministros.

Segundo Gilmar, o indiciamento foi solicitado após a Corte conceder habeas corpus contra quebras de sigilo e facultar o comparecimento de investigados para prestar depoimento, adentrando nas atribuições do Poder Judiciário.

O ministro também ressaltou que o pedido de indiciamento dos ministros não foi aprovado pela CPI.

"O claro desvio de finalidade enveredado pelo relator da CPI do Crime Organizado não encontrou guarida sequer entre os seus pares, que deliberadamente optaram por não aprovar o texto de endereçamento final por ele sugerido", completou.

OUTRO LADO

Em publicação nas redes sociais, o senador Alessandro Vieira disse que a representação promovida pelo ministro Gilmar Mendes será respondida com "absoluta tranquilidade" e dentro do "rigor técnico".

"É cristalino que um senador, ao manifestar sua avaliação jurídica sobre fatos concretos em voto proferido no âmbito de uma CPI, não comete abuso de autoridade e está resguardado pela imunidade parlamentar. Ameaças e tentativas de constrangimento não vão mudar o curso da história", declarou Vieira.

ATAQUES DE TRUMP

Em aceno aos católicos, Lula presta solidariedade ao Papa

MARIA MAGNABOSCO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manifestou ontem a "mais profunda solidariedade" ao papa Leão XIV (Robert Francis Prevost), que, segundo ele, vem sendo "atacado por poderosos". O pronunciamento de Lula, enviado à 62ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ocorre em meio às críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao líder da Igreja Católica.

A briga iniciou no último domingo, após o presidente dos EUA dizer que Leão XIV deveria "parar de ceder à esquerda radical". Nos últimos dias, Trump intensificou suas críticas ao pontífice chamando-o de "fraco no combate ao crime e péssimo em política externa".

O primeiro papa americano da história respondeu: "(Jesus) não escuta as orações daqueles que fazem guerras, mas as rejeita, dizendo: 'Ainda que façais muitas orações, não ouvirei: as vossas mãos estão cheias de sangue'", declarou, citando a Bíblia.

Na madrugada desta quarta-feira, Trump voltou a atacar o líder católico dizendo: "Alguém pode dizer para o Papa Leão que o Irã matou os meus 42 mil manifestantes inocentes e desarmados nos últimos dois meses, e que o Irã tem uma bomba nuclear? É completamente inaceitável? Agradeço a atenção", escreveu em um post na rede Truth Social.

No vídeo enviado aos bis-

pos brasileiros, Lula faz um aceno aos católicos prestando solidariedade ao papa e ressaltando que líderes comprometidos com a paz e com a defesa dos mais vulneráveis frequentemente enfrentam oposição de grupos poderosos. O presidente também enfatizou o trabalho feito pela Confederação na defesa da democracia.

Lula disse querer reafirmar seu "respeito e admiração por uma instituição que, nos momentos mais dolorosos da nossa história recente, esteve na linha de frente em defesa da democracia", declarou o presidente. "A CNBB enfrentou a ditadura, defendeu os perseguidos pelo regime militar, apoiou as greves dos trabalhadores urbanos e a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra", completou.

O presidente destaca também "os 200 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé" e as iniciativas da Igreja Católica que, segundo Lula, "permanecem como referência na construção de políticas públicas e de inclusão social".

Lula fala ainda sobre a campanha da fraternidade escolhida pela Igreja neste ano, com o tema "Moradia e Fraternidade". O presidente relembra que o programa do governo Minha Casa, Minha Vida dialoga diretamente com a iniciativa da instituição religiosa.

No vídeo enviado aos bispos, Lula completa: "Quero terminar reafirmando o nosso compromisso com o Estado laico e a garantia plena de liberdade religiosa".

Marinho: PECs da escala 6x1 não competem com proposta do governo

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, ontem, que a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da redução de jornada semanal de trabalho ainda é essencial para evitar que futuros políticos "aventureiros" queiram aumentar a carga horária para o trabalhador.

A tramitação das PECs, segundo ele, não competem com o projeto de lei (PL) enviado na terça-feira passada pelo governo, com urgência constitucional, que visa acelerar o debate e a aprovação da medida.

O regime de urgência prevê a tramitação em até 45 dias na Câmara e 45 dias no Senado.

"Se a PEC for aprovada nesse prazo, evidentemente que o PL está prejudicado, não há mais necessidade. Mas o rito da PEC é mais demorado do que o PL. O PL vai avançar e pode ser que entre em vigor a redução de jornada de trabalho e depois se consolide por PEC para impedir eventuais aventureiros do futuro quererem aumentar a jornada como aconteceu na Argentina", explicou Marinho.

Em fevereiro, o governo do presidente argentino Javier Milei promoveu uma reforma trabalhista que ampliou a jornada de trabalho diária de 8 para 12 horas.

Na noite desta terça-feira, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Con-

gresso Nacional o PL que prevê o fim da escala de 6 dias trabalhados para 1 de descanso (6x1), e reduz a jornada de trabalho para, no máximo, 40 horas semanais. Isso, sem redução de salário.

De acordo com Marinho, questões sobre regras de transição e tempo de implementação para as empresas serão negociadas no Congresso Nacional.

"Compete ao governo fazer a defesa do seu projeto e a aplicação imediata", ressaltou o ministro em entrevista à imprensa no Palácio do Planalto.

Atualmente, a Constituição Federal estabelece que a carga horária de trabalho é de até 8 horas diárias e até 44 horas semanais.

O que hoje é a escala 6x1, com até 8 horas diárias, deverá ser 5x2, com as mesmas 8 horas de trabalho por dia.

Segundo Marinho, há possibilidade de uma escala 4x3, com 10 horas diárias de trabalho, mas isso seria em uma eventual negociação coletiva entre funcionários e empregadores.

O ministro Luiz Marinho explicou ainda que, mesmo estando na Constituição, é possível tratar o tema por projeto de lei, se a intenção é reduzir a jornada.

"Para cima não pode. O PL tem restrição de aumentar a jornada. Isso é importante estar na Constituição porque nenhum governante poderia, por PL, aplicar um aumento de jornada de trabalho", esclareceu.

and Customs Enforcement), e ficou detido na cidade de Orlando, no estado da Flórida.

O nome do ex-parlamentar não consta mais nos registros de presos da região.

As razões que levaram à soltura de Ramagem não foram divulgadas pelo órgão norte-americano. Ramagem é alvo de um pedido de extradição feito pelo

governo brasileiro às autoridades dos Estados Unidos.

FUGA

Em setembro do ano passado, Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), fugiu do país para evitar o cumprimento da pena de 21 anos de prisão devido a trama golpista ocorrida du-

rante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Durante a investigação sobre a trama golpista, ele foi proibido pelo STF de sair do país. Segundo a Polícia Federal, Ramagem fugiu pela fronteira com a Guiana e embarcou para os Estados Unidos com passaporte diplomático, que não estava apreendido.

GOLPISTA PROTEGIDO

Ex-deputado Ramagem é solto após ficar dois dias preso nos EUA

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-deputado federal Alexandre Ramagem foi solto ontem após passar dois dias preso nos Estados Unidos, onde está foragido das autoridades brasileiras.

Na segunda-feira passada, Ramagem foi abordado por agentes do serviço de imigração, conhecido pela sigla ICE (Immigration

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

AMEAÇA

Rússia: fábricas de drone da Europa podem ser alvos legítimos

THAIS PORSCH/AE

O Ministério da Defesa da Rússia criticou ontem, o aumento da produção e do fornecimento de drones por países europeus, ameaçando fábricas da União Europeia e parceiros como alvos potenciais para as forças armadas russas.

"Consideramos esta decisão da UE um passo deliberado que leva a uma escalada acentuada da situação militar e política em todo o continente europeu e à transformação gradual desses países em uma retaguarda estratégica para a Ucrânia", disse o ministério.

O Kremlin também chamou o aumento significativo na produção de veículos aéreos não tripulados (VANTs) de "cenário de ataques terro-

ristas" contra a Rússia.

Na rede X, o representante de alto escalão de segurança de Moscou, Dmitry Medvedev, escreveu que as declarações do Ministério da Defesa devem ser tomadas ao pé da letra: "A lista de instalações europeias que fabricam drones e outros equipamentos é alvo potencial para as forças armadas russas. Quando os ataques se tornarem realidade depende do que vier a seguir. Durmam bem, parceiros europeus!", disse.

Ao total, o Ministério forneceu uma lista com 21 empresas que produzem drones e/ou seus componentes. As empresas estão sediadas na Polônia, República Tcheca, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Letônia, Lituânia, Países Baixos, Espanha e Itália, além de Israel e Turquia.

EUA

Tesouro sanciona empresas e embarcações de transporte do Irã

THAIS PORSCH/AE

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, na sigla em inglês) do Departamento do Tesouro dos EUA intensificou ontem, a pressão sobre a infraestrutura de transporte de petróleo iraniano, sancionando mais de 20 indivíduos, empresas e embarcações operando dentro da rede do magnata do transporte de commodity do Irã Mohammad Hossein Shamkhani.

"O Tesouro está agindo agressivamente com a Fúria

Econômica ao mirar em elites do regime, como a família Shamkhani, que tentam lucrar às custas do povo iraniano", disse o secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bes- sent.

O OFAC também sancionou o financiador do Hezbollah Seyed Naiemaei Badroddin Moosavi e três empresas ligadas a um esquema complexo de lavagem de dinheiro envolvendo a venda de petróleo iraniano em troca de ouro venezuelano sob a antiga ditadura do país latino-americano.

BOLÍVIA

'Voo fantasma': Avião faz 20 manobras em círculos antes de cair

ADRIANA VICTORINO/AE

Um avião de pequeno porte caiu na Bolívia após perder contato com a torre de controle e permanecer fazendo manobras em círculos no céu. A aeronave, pilotada por Carlos Moyano e Julio César Sardán, foi encontrada na última segunda-feira, na região de Cochabamba. Os dois morreram.

O especialista em aviação Lito Avoisa, que mantém o canal Avioes e Músicas no YouTube, afirmou que as informações preliminares apontam para um possível cenário de "voo fantasma", quando a tripulação fica incapacitada e o piloto automático continua operando seguindo a última instrução programada e entra em espera até o combustível acabar.

"As informações ainda são iniciais, mas a principal hipótese trabalhada pelas autoridades no momento é de uma possível depressurização seguida de incapacitação da tripulação", afirmou o especialista.

Uma equipe da Unidade de

Investigação de Acidentes e Incidentes (AIG) da Bolívia recuperou na terça-feira, a caixa preta do Cessna Citation, com matrícula CP-3243. O avião havia decolado de La Paz às 8h30, segundo a imprensa local, com destino a El Trompillo, em Santa Cruz. Por volta das 8h47, a torre de controle perdeu contato com a aeronave.

"O dispositivo será enviado a especialistas no exterior, que dispõem da tecnologia necessária para a extração e análise das informações, contribuindo assim para o esclarecimento dos fatos", afirmou a Direção Geral de Aeronáutica Civil (DGAC).

A DGAC ainda detectou o Cessna por alguns minutos fazendo manobras em círculos no norte de Cochabamba até que o avião desapareceu por volta das 11h. Até o momento, a causa da morte dos pilotos não foi divulgada. Dados do Flightradar24 mostram que, no mesmo dia, a aeronave havia partido de Santa Cruz às 6:45 e pousou em La Paz às 7:56.

GUERRA NO ORIENTE

Irã ameaça bloquear comércio marítimo após cerco dos EUA

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Após bloqueio naval imposto pelos Estados Unidos (EUA) aos portos iranianos, as Forças Armadas do Irã ameaçaram impedir qualquer comércio pelo Golfo Pérsico, Mar de Omã e Mar Vermelho.

Em comunicado publicado ontem, o comandante do Quartel-General Khatam al-Anbia do Irã, major-general Ali Abdollahi, disse que o país tomaria medidas "decisivas" para defender a soberania do país persa.

"Se os EUA, com sua agressividade e espírito terrorista, continuarem com suas ações ilegais de impor um bloqueio marítimo na região e criar insegurança para navios comerciais e petroleiros iranianos, essa ação dos EUA será um prenúncio de violação do cessar-fogo, e as poderosas Forças Armadas do Irã não permitirão que quaisquer exportações ou importações na região

do Golfo Pérsico, no Mar de Omã e no Mar Vermelho continuem", informou o chefe militar, segundo a agência iraniana Tasnim.

O fechamento do estreito de Bab el-Mandeb, no Mar Vermelho, tem o potencial de agravar ainda mais a crise no mercado de petróleo, causada pelo fechamento do Estreito de Ormuz.

Enquanto cerca de 20% do comércio de petróleo passa por Ormuz, o estreito de Bab el-Mandeb é responsável por até 5% desse comércio, sendo considerado um dos "pontos de estrangulamento" do mercado mundial, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

O Irã argumenta que o bloqueio naval imposto pelos EUA no Estreito de Ormuz para embarcações que venham ou se dirijam aos portos iranianos é ilegal e viola a soberania do país persa. Por sua vez, o governo de Donald Trump vem tentando bloquear os portos iranianos para forçar Teerã a aceitar os ter-

mos da Casa Branca.

PAQUISTÃO VISITA O IRÃ

O chefe do Exército do Paquistão, marechal de campo Asim Munir, está em Teerã, ontem, para levar mensagem dos EUA e planejar uma possível nova rodada de negociações, após o fracasso da primeira rodada no último final de semana. O chefe militar paquistanês foi recebido pelo ministro de relações exteriores do Irã, Abbas Araçchi.

Por sua vez, o presidente dos EUA, Donald Trump, vem defendendo que as negociações devem ser retomadas em breve.

CESSAR-FOGO

O Irã tem pressionado para um cessar-fogo também no Líbano, onde Israel e o Hezbollah seguem se enfrentando. Teerã alega que Israel violou o acordo do Irã com os EUA.

O cessar-fogo previa a suspensão das batalhas em todas as frentes da guerra no Oriente Mé-

dio, conforme confirmou o Paquistão, que tem atuado como intermediário entre Washington e Teerã.

Uma fonte anônima ligada ao governo iraniano informou à emissora Al-Mayadeen, sediada em Beirute, que existe a expectativa de um cessar-fogo no Líbano entrar em vigor a partir dessa noite, com duração de uma semana, coincidindo com o prazo que falta para acabar o cessar-fogo entre EUA e Irã.

"Netanyahu, como elemento disruptivo, pode agir novamente para frustrar este acordo", disse a fonte ao Al-Mayadeen.

O chanceler de Teerã vinha responsabilizando as "exigências excessivas" e "má fé" dos EUA como motivo para o fracasso nas negociações. O governo iraniano vem repetindo que não vai abrir mão do programa nuclear pacífico do país, conforme reforçou em coletiva de imprensa, nesta quarta-feira, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Esmail Baqaei.

Onze países pedem cessar-fogo imediato em nome da estabilidade econômica

ADRIANA VICTORINO/AE

Liderados pelo Reino Unido, ministros das Finanças de 11 países pediram ontem, que Estados Unidos, Israel e Irã implementem integralmente o cessar-fogo e afirmaram que o conflito pesará sobre a economia global e os mercados, mesmo que seja resolvido em breve. A informação foi divulgada pela agência Reuters.

Uma declaração conjunta, assinada pelos ministros das Finanças da Austrália, Japão, Suécia, Holanda, Finlândia, Espanha, Noruega, Irlanda, Polônia e Nova Zelândia, bem como do Reino Unido, foi acordada um dia depois de o Fundo Monetá-

rio Internacional ter reduzido suas previsões de crescimento econômico global devido à guerra.

Conforme a Reuters, a declaração apelou a "todas as partes" para que implementassem integralmente o cessar-fogo acordado no início deste mês e afirmou que a guerra causou perdas de vidas inaceitáveis.

"A retomada das hostilidades, a ampliação do conflito ou a continuidade da perturbação no Estreito de Ormuz representariam sérios riscos adicionais para a segurança energética global, as cadeias de abastecimento e a estabilidade econômica e financeira", afirmou.

"Mesmo com uma resolução duradoura do conflito, os impactos sobre o crescimento, a inflação e os mercados persistirão", consta no comunicado, divulgado pelo governo britânico durante as reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial em Washington.

De acordo com a Reuters, reconhecendo o aumento da dívida pública para ajudar famílias e empresas durante a pandemia covid-19 e pelo conflito na Ucrânia, os ministros comprometeram-se a ser fiscalmente responsáveis com qualquer novo apoio que seja direcionado àqueles que mais precisam de apoio.

"Comprometemo-nos a evi-

tar, e apelamos a todos os países para que evitem, ações protecionistas, incluindo controles de exportação injustificados, formação de estoques e outras barreiras comerciais nas cadeias de abastecimento de hidrocarbonetos e outras afetadas pela crise", afirmaram eles.

Segundo a agência, a ministra das Finanças britânica, Rachel Reeves, manteve seus apelos pelo fim do conflito, que Londres não apoiou.

"Um cessar-fogo sustentado e evitar reações impulsivas são essenciais para limitar os custos para as famílias", disse ela em sua própria declaração nesta quarta-feira.

Reeves chama guerra dos EUA com Irã de 'loucura' e alerta para impacto econômico

PEDRO LIMA/AE

A ministra das Finanças do Reino Unido, Rachel Reeves (foto), criticou a condução dos Estados Unidos na guerra contra o Irã e afirmou que o conflito, além de carecer de um plano claro, já provoca impacto direto sobre famílias e empresas britânicas, com alta nos custos de energia, inflação e crédito.

Em entrevista ao Mirror, Reeves classificou como uma "loucura" a decisão de Washington de entrar no conflito sem estratégia de saída e disse estar "muito frustrada e irritada" com os desdobramentos. Segundo ela, o fechamento do Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% do petróleo global, tem pressionado os

preços de gás e eletricidade no Reino Unido. "Esta é uma guerra que não começamos e que não queremos", afirmou, ao destacar os efeitos sobre o custo de vida.

A ministra reforçou, em evento organizado pela CNBC ontem, que famílias e empresas já enfrentam "preços mais altos e custos de empréstimos maiores" em função do conflito e defendeu a desescalada como prioridade. Segundo ela, reabrir Ormuz é essen-



cial para normalizar o fluxo de energia e aliviar a pressão inflacionária, além de ajudar a reduzir juros. Reeves também questionou a falta de clareza sobre os objetivos da ofensiva e afirmou não estar convencida de que o mundo esteja "mais seguro" após a escalada, defendendo a retomada de negociações diplomáticas que já estavam em curso antes do conflito.

No campo político, o presidente dos EUA, Donald Trump, ele-

vou o tom contra o governo britânico. Em entrevista à Sky News, ele elogiou o rei Charles III, mas classificou como "um erro trágico" decisões do primeiro-ministro Keir Starmer, especialmente na política energética e migratória. Trump também afirmou que políticas do Reino Unido são "insanas" e prejudicam o país, além de avaliar que a relação bilateral "já foi melhor" e pode ser revista.

Apesar das críticas, Trump disse que um acordo envolvendo o Irã ainda é "muito possível", enquanto líderes europeus articulam esforços diplomáticos para conter a crise e reabrir o Estreito de Ormuz, ponto considerado central para estabilizar os preços de energia e o cenário econômico global.

Genocida diz que mantém ataques ao Hezbollah no Líbano e está pronto a qualquer cenário no Irã

PATRICIA LARA/AE

O primeiro-ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, disse que as forças israelenses continuam a atacar o Hezbollah, ao mesmo tempo em que o país conduz negociações com o Líbano, o que não acontecia há mais de 40 anos. Sobre o Irã, o premiê disse que Israel está pre-

parados para qualquer cenário.

Em comunicado, o premiê israelense disse que os ataques ao Hezbollah estão concentrados em Bint Jbeil. Bint Jbeil era a capital do Hezbollah no sul do Líbano. "Estamos prestes a conquistar Bint Jbeil; estamos, na verdade, prestes a eliminar este grande reducto do Hezbollah", afirmou.

Nas negociações com o Líba-

no, há dois objetivos centrais: primeiro, o desarmamento do Hezbollah e, segundo, uma paz duradoura. Paz através da força, pontuou.

Quanto ao Irã, o premiê citou que Israel tem os mesmos objetivos dos Estados Unidos: queremos ver o material enriquecido removido do Irã, queremos ver o cancelamento das instalações

de enriquecimento de urânio no Irã e, claro, queremos ver a abertura do estreito.

"É muito cedo para dizer como essa questão terminará, ou mesmo como ela se desenvolverá. Antecipando a possibilidade de que os combates possam ser retomados, estamos preparados para qualquer cenário", concluiu ele.

Diário de
AcionistaAs publicações legais de sua empresa com o melhor
preço em um jornal de qualidadeTel.: (21) **99122-4278**